

O BANQUETE DO MARACANGALHA E OUTRAS HISTÓRIAS DE LIBERDADE

Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2006, 368 pp.

Encruzilhadas da liberdade, de autoria do historiador Walter Fraga Filho, conta as histórias de homens e mulheres oriundos da escravidão nos engenhos do Recôncavo baiano e além deles, entre os anos 1870 e 1910. Através de uma narrativa fluente e instigante, o autor realiza a façanha de perseguir trajetórias individuais e coletivas, tendo como base uma pesquisa minuciosa e, de forma inteligente e criativa, estabelece cruzamentos entre dados de fontes variadas, como inventários, processos-crime, correspondências policial e pessoal, registros de batismo, casamento e óbito, memórias escritas e orais, entre outras. Acrescente-se a isso seu conhecimento da bibliografia clássica e atual, nacional e internacional, sobre a Bahia, o Brasil e outras regiões das Américas.

Mais do que entrar no mundo de escravos e libertos do período, o autor nos dá oportunidade de partilhar seus sentimentos, experiências, decisões e alternativas na busca e na defesa da liberdade. Nas centenas de engenhos que existiam no Recôncavo baiano

entre 1870 e 1910, seja em Santiago do Iguape, Santo Amaro, Cachoeira ou São Francisco do Conde, principais áreas circunscritas pela pesquisa, percebemos que as escolhas e as trajetórias, assim como as encruzilhadas, foram plurais e surpreendentes. As centenas de trabalhadores, homens e mulheres, crioulos, pardos, africanos, libertos ou escravos, construíram suas próprias expectativas diante dos acontecimentos políticos que se vislumbravam no pré e no pós-abolição.

Entre as décadas de 1870 e 1880, por exemplo, as expectativas dos escravos ante a possibilidade da abolição do cativo aumentaram as reações contra as formas tradicionais de castigos físicos e punições. Os debates políticos em relação à abolição e a percepção das importantes mudanças institucionais possibilitaram aos cativos melhores condições de existência e maior sucesso na busca da alforria. Assim, o que antes sempre foi percebido como o “princípio da soberania doméstica”, na qual o senhor tinha poderes praticamente ilimitados

para castigar seus escravos e puni-los, estava seriamente ameaçado.¹ Intensificam-se as interferências das autoridades nas relações dos senhores com seus escravos, através das denúncias em jornais abolicionistas, ou daquelas, feitas pessoalmente pelos próprios escravos às autoridades policiais. Esses conflitos levaram, por exemplo, a situações extremas, como a morte do frei João Lucas, no Engenho do Carmo, e também obrigaram o barão de Moniz Aragão, em 1878, quando da posse do Engenho Maracangalha, a negociar “com mansidão” com os escravos, que se recusavam a trabalhar e a obedecer ao administrador.

As decisões a serem tomadas em função da liberdade pós-13 de maio, foram diversas — ficar nos engenhos ou sair deles tinha significados e sentidos pessoais, materiais e também simbólicos específicos. O autor percebeu que muitos libertos permaneceram nos engenhos, sobretudo os que possuíam acesso às roças e a outras atividades independentes, desenvolvidas ainda na escravidão. Os projetos de liberdade dos que decidiram permanecer estavam vinculados à prática de atividades diversificadas, além do trabalho nos canaviais, como o ganho, a pesca,

a caça ou a produção de subsistência em pequenas parcelas de terra, que se vinham processando nas décadas de 1870 e 1880. Este acesso a diferentes recursos de alguma forma moldou as expectativas de liberdade de determinados setores da população escrava, que decidiram permanecer nos engenhos, onde nasceram ou onde viveram durante muitos anos, com seus familiares e amigos, para garantir e ampliar esses ganhos. No entanto, permanecer não significava sujeitar-se a qualquer relação de trabalho. Muitos libertos reagiram contra qualquer forma de permanência da escravidão e procuraram distanciar-se dos modos de sujeição inerentes à essa condição. Recusavam-se, por exemplo, a receber a antiga ração como alimento, além de lutarem por velhas aspirações, como possuir terra e tempo livre para dedicarem a suas próprias lavouras. Muitos outros libertos, nos dias imediatamente depois dos festejos do 13 de maio, foram atraídos para o Engenho Maracangalha, o mesmo em que o barão Moniz Aragão teve que negociar, dez anos antes, com seus escravos. Abandonado pelo senhor, que se refugiou no Engenho Mataripe, durante algum tempo o Maracangalha ficou sob controle de um feitor, e lá muitos libertos e libertas tiveram a oportunidade de viver a experiência da liberdade, com direito a terra para plantar e a acesso livre às feiras locais, a decidirem com total autonomia sobre pro-

¹ Sobre as formas de punição e controle, ver, entre outros, Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp. 38-39.

dução e valores de suas mercadorias. Nesse mesmo engenho foram autores de um verdadeiro “massacre de gados”, como sugere o historiador Robert Slenes na sua introdução ao livro, pois “roubaram”, mataram bois e compartilharam a carne, em grandes comilanças, com companheiros de escravidão e, agora, de liberdade. Além de outros significados, animais considerados de estimação pelos antigos senhores tornaram-se inimigos dos libertos porque destruíam constantemente suas pequenas lavouras, muitas vezes uma sabotagem empreendida pelos próprios donos.

Outros tantos ex-escravos decidiram ir para cidades da região, como Santo Amaro, Cachoeira, São Sebastião do Passe, ou para a capital, Salvador. E outros ainda, africanos, optaram por retornar a África. A decisão de migrar significava para uns o desejo de reatar laços afetivos quebrados pela escravidão, para outros o de distanciar-se do passado escravista, do ambiente em que foram escravos e da autoridade de antigos senhores, além de incluir a expectativa de melhoria das condições de sobrevivência fora dos antigos engenhos. Nas cidades, exerceram atividades variadas, algumas aprendidas durante a escravidão, e muitos buscaram reconstruir no meio urbano laços afetivos e de amizade tecidos no mundo dos engenhos. Para o autor, os festejos do 13 de maio de 1888 demonstram a importante

dimensão política desse acontecimento, pois se transformaram em grandes manifestações populares na Bahia, refletindo, em grande medida, a amplitude do movimento antiescravista e revelando sentimentos e expectativas dos ex-escravos em relação à nova condição de livres. Mesmo defrontando-se com os “limites materiais e simbólicos oriundos da velha ordem escravista” (p.128), as relações de poder no pós-abolição estavam definitivamente abaladas nos engenhos e fora deles. Os modelos de conduta paternalista não funcionavam mais, pois, como diz Fraga Filho, a abolição havia “destruído um estilo de vida fundado em padrões e etiquetas de mando e obediência, E, mais que isso, havia perigosamente ameaçado inverter os ‘lugares’ tradicionalmente ocupados pelos indivíduos na hierarquia social” (p. 134). O barão de Moniz Aragão, no entanto, tinha uma percepção bem peculiar sobre esses festejos. Dizia ele que “os libertos da Vila de São Francisco do Conde cobravam o cumprimento de uma suposta Ordem da Corte que mandava conceder-lhes terra”, falava em tom irônico que isso não passava de um “mal entendido”, de um “entusiasmo delirante” (pp.143-44). Mas a sensibilidade de Fraga Filho o fez ver, através do delírio dos libertos, a lucidez de suas reivindicações – esperança de que as mudanças fossem mais profundas, uma garantia de

sobrevivência digna, e a percepção de que viver sem sujeição significava ter acesso à terra, comer carne fresca, permanecer ao lado de familiares, receber remuneração justa, tempo livre, entre outras coisas. Por outro lado, o barão sabia que as negociações e as disputas, mesmo modificadas as táticas, os discursos e as formas, permaneciam absolutamente desiguais. Sabia, ainda, que a omissão do Império e, depois, da República mantinha os senhores como donos das terras — sem indenização, é verdade — e com as instituições e as leis dispostas em defesa da propriedade e das velhas hierarquias. Aos ex-escravos acossados pela fome restou o sonho da cidadania.

Além das extraordinárias viagens pelo Recôncavo, das reflexões sobre as trajetórias de escravos e libertos, este livro também nos faz pensar sobre um segundo significado da palavra *encruzilhada*: “rasteira que, semelhante ao corta-capim, se torna completa quando o pé do agressor aplica um calço no adversário”.² Talvez tenha sido mais ou menos isso que os

libertos sentiram, passados os momentos de “entusiasmo delirante”, quando perceberam os limites materiais e simbólicos que precisavam enfrentar, quando as únicas políticas implantadas pela República foram de repressão e controle dos egressos da escravidão, e aí tiveram saudades da Monarquia e da Princesa Redentora. Talvez também tenha sido esse o sentimento que aqueles homens e mulheres compartilharam, ao serem expulsos do Engenho Maracangalha e de outras tantas terras, onde tentaram viver de forma autônoma e digna. Estas parecem ter sido as encruzilhadas que permaneceram mais de um século depois da abolição da escravidão e da implantação da República no Brasil, apesar de toda resistência cotidiana e das vozes daqueles abolicionistas, que continuaram denunciando a discriminação do negro. Os ganhos foram poucos, as conquistas frágeis, as negociações, incessantes. Enfim, “os pretos, ou quase brancos, ou quase pretos de tão pobres” baianos ainda sonham com Maracangalha.

Adriana Dantas Reis Alves

Universidade Estadual de Feira de Santana

² Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.